

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº                      , DE 2013.**  
(Do Senhor FERNANDO JORDÃO)

*Solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia, informações relativamente ao Contrato de Concessão da empresa Ampla Energia e Serviços S/A, no Estado do Rio de Janeiro.*

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 116 e inciso I do art. 115, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, encaminhe ao Ministro de Minas e Energia, Senhor Edison Lobão, para que este, após solicitação à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), preste informações, com documentação pertinente sobre contrato de concessão da empresa Ampla Energia e Serviços S/A, com base nas seguintes questões:

- 1 – Qual o tempo total do contrato de concessão de energia elétrica firmado com a empresa Ampla Energia e Serviços S/A, no Estado do Rio de Janeiro? Quanto tempo ainda resta para que seja findado o presente contrato de concessão?
- 2 – Que sejam enviadas todas reclamações recebidas pela ANEEL contra a empresa Ampla Energia e Serviços S/A nos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, no Estado do Rio de Janeiro.
- 3 – A Ampla Energia e Serviços S/A foi multada enquanto vigora o presente contrato de concessão? Em caso afirmativo enviar discriminação das multas.

4 – E por finalmente, que a ANEEL informe se a empresa Ampla Energia e Serviços S/A está cumprindo com o mínimo exigido no presente contrato de concessão de energia elétrica.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Existem indícios que a empresa **Ampla Energia e Serviços S/A** não está cumprindo com o contrato de concessão firmado para o fornecimento de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro, com inúmeras reclamações advindas dos usuários daquela Região. E tendo chegado essas denúncias, ao meu conhecimento, dando conta das possíveis irregularidades, referentes ao contrato de concessão em tela, entre outros aspectos que caracterizam o descumprimento de princípios básicos existentes na administração pública, sendo esta Casa também responsável pela fiscalização destes eventos, sentimo-nos no dever de cobrar medidas adequadas para esclarecer toda e qualquer dúvida suscitada. Assim, precisamos, primeiramente compreender a situação e as circunstâncias em que ocorreram os fatos elencados, e, posteriormente, usar com vigor a legislação pertinente. Vez que não se pode deixar sem resposta questões tão relevantes relacionadas ao fornecimento de energia elétrica. Torna-se pois urgente averiguar com profundidade este movimento.

Daí as razões do presente Requerimento de Informação que esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos eminentes pares.

Sala das Sessões,                      de fevereiro de 2013.

**FERNANDO JORDÃO**  
Deputado Federal – PMDB/RJ